

## **POLÍTICA DE FORMAÇÃO SUPERIOR EM EDUCAÇÃO FÍSICA EAD NO BRASIL: DISCUSSÕES PRELIMINARES**

### **POLICY OF HIGHER EDUCATION OF PHYSICAL EDUCATION IN DISTANCE LEARNING IN BRAZIL: PRELIMINARY DISCUSSIONS**

Eduard Angelo Bendrath  
Universidade Estadual de Maringá – UEM/CRV  
**Contato:** eabendrath@uem.br

**RESUMO:** O objetivo dessa pesquisa foi o de mapear o Brasil quanto à oferta dos cursos superiores em Educação Física na modalidade à distância, identificando as regiões do país com maior concentração, a caracterização das instituições de ensino, e as avaliações do MEC, tanto dos cursos, quanto das instituições que as ofertam. A partir do diagnóstico realizado foi possível identificar que a implantação dos cursos em Educação Física a distância no Brasil obedece aos critérios de mercado, e que as avaliações de implantação realizadas pelo MEC não leva em consideração a existência de cursos presenciais na mesma localidade gerando lócus de saturação na área.

**Palavras-Chave:** *Educação Física. Educação à Distância. Ensino Superior*

**ABSTRACT:** The objective of this research was to map the Brazil regarding the supply of the top courses in Physical Education in distance mode, identifying the regions of the country with the highest concentration, the characterization of educational institutions, and ratings of the MEC, both of the courses as institutions that offer. From the diagnosis made was identified that the deployment of Physical Education courses distance in Brazil satisfies the criteria of the market, and that the assessments of deployment made by the MEC does not take into account the existence of presential courses in the same locality causing locus of saturation in area.

**Keywords:** *Physical Education. Distance Learning. Higher Education*

## INTRODUÇÃO

Esse estudo surgiu como intenção de tentar oferecer respostas às indagações sobre o panorama geral dos cursos de graduação em Educação Física à distância no Brasil. O objetivo pauta-se na construção de um panorama estrutural com vistas a uma política educacional em pleno exercício, fomentada por instituições públicas e privadas, sob as diretrizes do Ministério da Educação (MEC).

As Resoluções CNE/CP nº1/2002, 2/2002, 2/2004, 1/2005 CNE/CS nº7/2004 e 4/2009, alteraram os modelos de formação superior em Educação Física e instituíram novas diretrizes e campos de atuação bem delimitados, a Licenciatura vertente com foco na educação básica, e o Bacharelado com uma formação voltada para todas as demais áreas de atuação com exceção do sistema formal de ensino. (BENDRATH, 2010, p.286)

Porém, para além das discussões dos campos de atuação de cada diplomado, surge uma nova modalidade de formação, com uma perspectiva diferenciada em relação ao tempo/espaço tradicionalmente encontrado até então na formação superior na área, trata-se da formação em Educação Física na modalidade à distância.

De forma geral a educação à distância, como alternativa de formação regular, foi introduzida no sistema educacional brasileiro ao final de 1996, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394, de 20/12/1996), em especial nos seus artigos 80 e 87 (BRASIL, 2002). Nessa perspectiva Cavalcanti Júnior e Ferraz (2013) definem que a educação à distância (EaD) é uma forma de ensino-aprendizagem que enfatiza a separação entre professor e aluno, utilizando algum tipo de tecnologia para intermediar o contato entre esses, e sendo voltada prioritariamente para uma população adulta, com postura autônoma, que não dispõe de tempo para frequentar o ensino presencial. Esse conceito vai de encontro ao entendimento do próprio Ministério da Educação que define<sup>1</sup> o modelo EaD como a modalidade educacional na qual alunos e professores estão separados, física ou temporalmente

e, por isso, faz-se necessária a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação.

O modelo de ensino a distância, grandemente impulsionado nos últimos governos, teria por objetivo suprir a deficiência nacional referente à expansão dos cursos presenciais em regiões distantes dos grandes centros acadêmicos. A escolha criteriosa dessa modalidade deve considerar a vinculação entre os cursos ofertados e as demandas locais, em favor do desenvolvimento social, econômico e cultural da região. (BRASIL, 2007, p.25)

De acordo com Alonso (2010) pode-se considerar que a EaD é claramente tomada como modalidade de ensino para aceleração rápida da expansão de vagas no ensino superior.

“Se no ano de 2000 o INEP anunciava a existência de 10 cursos de graduação em EaD, em 2003 esse número era de 52, atendendo a cerca de 50 mil alunos. Em 19 de dezembro de 2006 o INEP noticiava que, entre os anos de 2003 a 2006, houve aumento de 571% de cursos a distância e de 371% dos matriculados nessa modalidade. Em 2005 os alunos da EaD representavam 2,6% do universo dos estudantes no nível superior. Já em 2006 essa participação fora aumentada para 4,4%. Dados do Censo do Ensino Superior de 2007 indicaram que a graduação a distância era oferecida por 97 instituições, com o número de vagas aumentado em 89,4% em relação a 2006, totalizando 369.766 matrículas. Isto representava 7% do total de matrículas dos cursos de graduação. Os dados relacionados à participação dos alunos em instituições privadas e públicas, bem como à distribuição em que estavam organizadas, não sofreram alterações significativas. (ALONSO, 2010, p.1324)”

Nesse sentido Giolo (2010) relata que havia um exército de professores sem

<sup>1</sup> Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&id=12823:o-que-e-educacao-a-distancia&Itemid=230](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=12823:o-que-e-educacao-a-distancia&Itemid=230) Acesso em: 22 ago 2014

formação adequada, especialmente os que atuavam em lugares tradicionalmente esquecidos pelas políticas públicas e pelo desenvolvimento econômico, fato que impulsionou e deu força para os primeiros movimentos de criação da EaD no Brasil em meados de 1995. No mesmo caminho Alonso (2010), destaca que na expansão da modalidade dois temas são recorrentes: a democratização do acesso ao ensino superior, e a necessidade de formação dos profissionais de educação como fator para melhoria da qualidade do ensino fundamental e médio.

Já Pereira (2009, p.272), reforça que apesar da boa intenção do governo, as empresas educacionais logo se interessaram muito por esse setor, tornando-o um grande “filão” mercadológico, especialmente os cursos de licenciatura, devido aos baixos custos operacionais.

“A iniciativa privada, quando entrou no jogo, vencendo as resistências do poder público quanto ao credenciamento de IES para a oferta de cursos à distância privilegiou exatamente a área de formação de professores [...] Especialmente impulsionada pela iniciativa privada, a educação a distância expandiu-se sem cessar e em índices altíssimos. (GIOLO, 2010, p.1295)”

Segundo Barreto (2008 p.932, *apud* Pimentel, Lazzarotti Filho, Silva, 2012), estamos diante de um grande problema, pois como realmente existe um déficit de docentes, as políticas acabam legitimando a EaD por argumentos que variam em torno “melhor a EaD que nada”. Esse posicionamento favoreceu a participação direta das instituições de ensino privadas na condução do modelo EaD, que observaram um nicho mercadológico ainda pouco explorado no mercado de educação.

De acordo com Cavalcanti Júnior e Ferraz (2013) os processos de criação de cursos de ensino superior à distância tornam-se, rapidamente, um objeto importante na disputa do mercado educacional, vindo a ser dominado pelo setor privado. Ainda segundo os autores, as ações estratégicas dos cursos de EaD são fixadas prioritariamente nos cursos de

graduação e, nesse, nos cursos de mais fácil oferta.

Outro fator diretamente relacionado aos cursos superiores especialmente os de licenciatura (neste caso, à distância), é a tentativa de ampliação por parte do Estado de seus diplomados no ensino superior, como forma de garantir as exigências mínimas estipuladas pelos organismos internacionais nas metas pré-definidas nos acordos de cooperação multilateral. (HADDAD, 2008)

Assim, ao pensarmos na questão da formação aligeirada dos cursos de licenciatura, estabelecidos pelo MEC em 3 anos, neste caso incluí-se a Educação Física, não podemos de deixar de citar as influências externas que definem as tomadas de decisões que afetam todo o conjunto estrutural da educação no país. Nesse sentido Taffarel, Lacks e Santos Júnior (2006) são claros ao afirmar que:

“[...] a definição de novas diretrizes vem no conjunto de políticas para o Ensino Superior, obedecendo a determinações do Banco Mundial. O seu relatório de 2000 exige alterações no currículo de formação, pois é preciso formar professores adequando-os à nova ordem (formação rápida e aligeirada). (TAFFAREL; LACKS; SANTOS JÚNIOR, 2006, p.101-102)”

Dessa forma, a concepção de cursos na modalidade à distância poderia favorecer o discurso de uma educação como *commodity*, favorecendo as regras de acesso ao mercado e cumprimento de metas estabelecidas por agentes internacionais. Trabalhos como os de Silva, Azzi e Bock (2007), e Pereira e Lopes (2012) destacam como as ações do Banco Mundial orientam as políticas de formação docente através do modelo EaD por serem consideradas de baixo custo e com retorno de investimento em curto prazo. Essa posição é evidente quando se observa o discurso<sup>2</sup> do banco em referendar ações

<sup>2</sup> O Banco Mundial promove em sua página oficial artigos que fomentam a importância do modelo EaD como mecanismo de avanço educacional. Trabalho como o de Kátia Morosov Alonso, publicado na 22ª reunião da ANPED são disponibilizados diretamente no site oficial do banco como bem pode ser visto

dessa natureza como forma de fomento ao desenvolvimento profissional.

Nessa perspectiva, Pimentel, Lazzarotti Filho e Silva (2012), referenciando-se de Silva et.al. (2009), apresentam a grande expansão dos cursos superiores em Educação Física no Brasil. Segundo os autores o portal do SINAES registra 1031 cursos de graduação em EF enquanto que em 1991 registravam-se apenas 117 cursos, identificando um crescimento de 881%. Ainda segundo os autores é necessário observar que esse crescimento aconteceu principalmente através da iniciativa privada (89%), indicando a necessidade de análise do contexto político e econômico internacional.

### Procedimentos Metodológicos

Essa pesquisa caracteriza-se como exploratória e descritiva, e como base para levantamento das informações foram utilizados os indicadores oficiais do Ministério da Educação e Cultura (MEC), através do sistema E-MEC<sup>3</sup> para os cursos superiores de Educação Física na modalidade à distância. Como procedimento de pesquisa apenas foi considerado os cursos autorizados e em funcionamento.

Foram analisados todos os Estados brasileiros e as respectivas ofertas dos pólos presenciais de educação à distância para o referido curso. Os pólos presenciais podem ser considerados os elementos chave da oferta do curso à distância, são através deles que os alunos realizam as atividades avaliativas, tiram suas dúvidas com os tutores e realizam todo o procedimento acadêmico necessário presencialmente.

Dados como o tipo de instituição, se privada ou pública, ano de implantação, nota ENADE, Conceito de Curso (CC) e Conceito Preliminar de Curso (CPC) também foram coletados, bem como a verificação da oferta de cursos presenciais em Educação Física na mesma cidade.

As informações foram coletadas tomando como referência o ano de 2011 junto ao sistema E-Mec, para

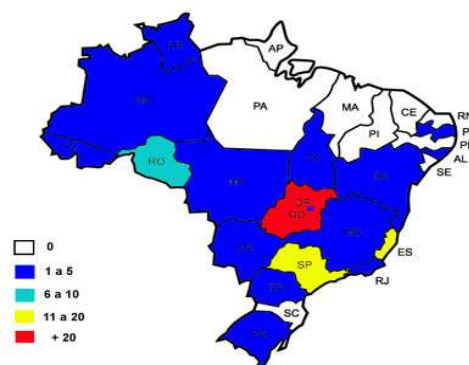
pelo link:  
<http://info.worldbank.org/etools/docs/library/218224/Morosov%20Alonso%20-%20Novas%20Tecnologias.pdf> Acesso em 21 Ago 2014

<sup>3</sup> Banco de dados sobre o posicionamento legal dos cursos e instituições superiores no Brasil.

posteriormente serem lançadas em um banco de dados e analisadas no software SPSS 17.

## ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os dados obtidos nos mostram uma expansão da oferta da modalidade em algumas áreas, especialmente Sudeste e Centro-Oeste, contrapondo-se as regiões Norte e Nordeste que possuem a menor concentração de pólos do curso EAD.



**Figura 1.** Mapa da distribuição por quantidade de pólos de Educação Física EAD no Brasil, 2011. Fonte: Pesquisa autor

Foram encontrados 86 pólos de cursos de Educação Física à distância espalhados pelo Brasil, oferecidos por 10 instituições de ensino superior, com grande concentração desses pólos nos estados de São Paulo, Goiás e Espírito Santo. Porém não foi encontrado registro de tais cursos nos estados de Santa Catarina, Sergipe, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará, Maranhão, Pará e Amapá.

### Sobre as Instituições que ofertam os cursos

Constata-se que toda a estrutura de ensino à distância para cursos de Educação Física em território brasileiro concentra-se em apenas 10 instituições de ensino superior, havendo um equilíbrio entre instituições públicas (5) e privadas (5).

Tais informações ainda mostram que a implantação dos cursos é recente e não possuem uma longa trajetória de funcionamento. O curso de Educação Física a distância mais antigo em funcionamento encontrado, foi o da

Universidade Castelo Branco, implantado em 2006, enquanto que os mais recentes são os da Universidade Federal de Goiás,

que registrou implantação de novos cursos no ano de 2011.

Instituição	Perfil	Qtd Pólos	Ano Implantação
Centro Universitário Claretiano	Privada	33	2009
Universidade Federal de Goiás – UFG	Pública	20	2009 e 2011
Universidade Federal do Espírito Santo – UFES	Pública	14	2008
Universidade de Brasília – UNB	Pública	7	2007
Universidade Federal do Amazonas – UFAM	Pública	5	2006
Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG	Pública	3	2009
Universidade Castelo Branco – UCB	Privada	1	2006
Universidade FUMEC – FUMEC	Privada	1	2007
Universidade Regional – UNIJUI	Privada	1	2009
Universidade de Taubaté – UNITAU	Privada	1	2009

**Quadro 1.** Instituições, caracterização, quantidade de pólos e ano de implantação dos cursos de Educação Física à distância no Brasil. 2011.

A pesquisa mostrou que os cursos de Educação Física à distância estão sendo oferecidos por instituições tanto públicas quanto privadas. Do total de 86 pólos espalhados pelo Brasil, 57% são de instituições públicas, contra 43% de instituições privadas, havendo uma nítida concentração de oferta de cursos à distância de Educação Física nas regiões Sudeste (38,4%) e Centro-Oeste (29,1%).

Essas informações vão de encontro aos dados obtidos por Dourado (2008) que trás em seu estudo um panorama geral

semelhante em termos de expansão do modelo EaD no Brasil. Para o autor, em que pesem algumas ações direcionadas à efetivação de experiências do setor público, tal processo assumiu importância, sobretudo, na expansão das IES privadas. (DOURADO, 2008, p.900)

Essa expansão também se concentra de forma desequilibrada em termos regionais, indicando fraca concentração nas regiões Sul (7,0%), Nordeste (8,1%) e Norte (17,4%), sendo as regiões Norte e Nordeste historicamente carente de avanços educacionais.

**Tabela 1.** Localização dos pólos dos Cursos de Educação Física EAD no Brasil

Região	Percentual	Total Encontrado
Sudeste	38,4%	33
Centro-Oeste	29,1%	25
Norte	17,4%	15
Nordeste	8,1%	7
Sul	7,0%	6
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>86</b>

Fonte: MEC, 2011

Ao verificarmos o cruzamento de informações entre as regiões do Brasil e o tipo de instituição de ensino, podemos constatar que apenas na região Centro-Oeste a oferta de cursos de Educação Física a distância por instituições públicas é

superior a oferta por instituições particulares, o que demonstra um crescimento do setor privado na expansão nacional da oferta dessa modalidade de ensino.

**Tabela 2.** Relação entre região e tipo de instituição de ensino superior sobre a oferta de cursos EAD em Educação Física

Região	Instituição Pública		Instituição Privada	
	%	Quantidade	%	Quantidade
Sudeste	32,7%	16	45,9%	17
Centro-Oeste	42,9%	21	10,8%	4
Norte	12,2%	6	24,3%	9
Nordeste	6,1%	3	10,8%	4
Sul	6,1%	3	8,2%	3
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>49</b>	<b>100%</b>	<b>37</b>

Fonte: MEC, 2011

Analisando a localização das cidades pólos dos cursos de Educação Física à distância, nota-se que no Brasil todo, 80,2% estão registrados em cidades do interior dos estados, enquanto 19,8% concentram-se nas capitais.

Outro dado importante faz referência a localização dos cursos de Educação Física a distância em relação aos cursos presenciais. Ao verificarmos a relação entre oferta do curso presencial versus oferta à distância nas cidades, com objetivo de identificarmos se os cursos EaD seriam os únicos, nota-se que existe uma estrutura de implantação diferente entre as propostas de instituições públicas e privadas.

Enquanto as instituições privadas optam em sua grande maioria pela instalação dos pólos de Educação Física à distância em cidades que já possuem cursos da área na modalidade presencial, chegando ao montante de 83,8% de seus cursos nessas condições, o planejamento das instituições públicas concentra a implantação de seus cursos em cidades que não possuem o curso de Educação Física na modalidade presencial. Isso se

traduz como uma forma de disputa de mercado e tentativa de obtenção de novos alunos a partir da possível migração do modelo presencial para o modelo à distância.

Tais dados corroboram com a afirmação de Machado (2010, *apud* CAVALCANTI JÚNIOR e FERRAZ, 2013) que argumenta que o modelo EaD é para as instituições de ensino superior privadas uma nova fonte de ganho, pois apresenta a possibilidade de expansão imediata do número de alunos, ao passo que diminui o número de professores através da contratação de tutores.

Assim, observa-se que no Brasil, do total de cursos de Educação Física a distância das instituições privadas, 70,3% deles estão em cidades que já possuem as duas modalidades de formação em Educação Física na modalidade presencial, ou seja, licenciatura e bacharelado, e 13,5% estão em cidades que possuem apenas uma modalidade presencial, ou licenciatura ou bacharelado. Apenas 16,2% estão implantados em cidades que não possuem nenhum curso de graduação em Educação Física.

**Tabela 3.** Pólos presenciais dos cursos de Educação Física EAD em relação à oferta de cursos na mesma cidade na modalidade presencial.

Caracterização da Instituição de Ensino Superior		Existe Modalidade Presencial na cidade?				Total
		Não	Sim Licenciatura	Sim Bacharelado	Sim as 2 modalidades	
Instituição	Educação Física EaD em IES Pública	55,2% (27)	12,2% (6)	2,0% (1)	30,6% (15)	100% (49)
	Educação Física EaD em IES Privada	16,2% (6)	10,8% (4)	2,7% (1)	70,3% (26)	100% (37)
Total		38,4% (33)	11,6% (10)	2,3% (2)	47,7% (41)	

Fonte: MEC, 2011

Tais dados relativos às instituições indicam diferenças entre a direção política do planejamento estratégico entre instituições públicas e privadas. Instituições públicas tendem a iniciar seus cursos EaD em Educação Física em cidades onde não existe modalidade presencial do mesmo curso (55,1%), enquanto instituições privadas optam por instalar seus cursos em cidades onde já existem ofertas de cursos de Educação Física na modalidade presencial (83,8%).

#### **Sobre a avaliação das IES que ofertam os cursos**

Para o Ministério da Educação (BRASIL, 2002), toda e qualquer Instituição de Ensino Superior que já esteja credenciada para o ensino superior pode credenciar-se, para a oferta de educação à distância, bastando para tanto que tal propósito esteja descrito e integrado a seu Plano de Desenvolvimento Institucional, devidamente aprovado pelo Conselho Nacional de Educação. Da mesma forma, tais instituições devem passar pelo ciclo de avaliações do ensino superior brasileiro de acordo com a legislação vigente.

O Brasil adota como procedimento avaliativo dos cursos e instituições uma série de instrumentos que possibilitam traçar um panorama da qualidade da educação superior no país. De acordo com o INEP (2011), o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) é formado por três componentes principais: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes. Ele possui uma série de instrumentos complementares: auto-avaliação, avaliação externa, Enade, Avaliação dos cursos de graduação e instrumentos de informação

(censo e cadastro). Os resultados das avaliações possibilitam traçar um panorama da qualidade dos cursos e instituições de educação superior no País. As avaliações dos cursos recebem notas em três itens distintos, o Enade, o Conceito Preliminar de Curso (CPC), e o Conceito de Curso (CC).

De todos os cursos analisados, não foi possível identificar avaliações nos quesitos Conceito de Curso (CC) definidos pelo MEC para a grande maioria, sendo que 1,2 % possuem nota no Enade e Conceito Preliminar de Curso (CPC) definidos.

As instituições também recebem uma nota baseada no seu desempenho no ciclo avaliativo do SINAES, o principal indicador é o Índice Geral de Cursos (IGC), e que conferem a possibilidade de oferta de cursos na modalidade a distância, cujo indicador mínimo para abertura de tais cursos estipulados pelo MEC é IGC 3.

De acordo com Bittencourt; Casartelli; Rodrigues (2009, p.667), o Índice Geral de Cursos (IGC) é um indicador adotado no ensino superior brasileiro que pretende expressar, em um único número, a qualidade de todos os cursos de graduação, mestrado e doutorado de uma instituição de ensino superior (IES).

Ele é adequado de acordo com faixas de 1 a 3 e intervalos que variam 0 a 500. Sua pontuação é a somatória de vários itens avaliados pelo Ministério da Educação (MEC), dentre eles o ENADE, Conceito Preliminar de Curso (CPC) e nota dos cursos de Mestrado e Doutorado obtidos junto a CAPES.

IGC Contínuo	IGC Final
000 – 094	1
095 – 194	2
195 – 294	3
295 – 394	4
395 – 500	5

Quadro 2. Escala de pontuação contínua e final do Índice Geral de Cursos (IGC)

Os instrumentos oficiais de avaliação do MEC para o ensino superior mostram que o IGC médio das instituições analisadas é nota 3,4, e o índice geral contínuo 281,4 com desvio padrão de ±

56,27, o que demonstra uma grande variação nas notas recebidas pelas instituições de acordo com o MEC.

É possível observar que das cinco primeiras colocações das instituições

analisadas, tomando como referência o IGC contínuo, quatro são universidades públicas e a quinta é uma universidade privada.

Das instituições que oferecem o curso de Educação Física a distância nenhuma possui pontuação acima dos 395 pontos, o que caracterizaria a pontuação

máxima (IGC 5), e a última colocada no IGC contínuo está a apenas 5 pontos de seu IGC geral reduzido de nota 3 para 2, o que poderia, de acordo com os critérios do MEC, perder a concessão de ofertar cursos na modalidade à distância.

**Tabela 4.** Ranking de Instituições de Ensino Superior que oferecem Educação Física à distância de acordo com a nota geral do IGC e o percentual de participação da modalidade EAD na área.

Instituição	Perfil	IGC	IGC Contínuo	% de participação
Universidade de Brasília – UNB	Pública	4	386	8,1%
Universidade Federal de Goiás – UFG	Pública	4	346	23,3%
Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG	Pública	4	314	3,5%
Universidade Federal do Espírito Santo – UFES	Pública	4	301	16,3%
Universidade Regional – UNIJUI	Privada	3	275	1,2%
Universidade Federal do Amazonas – UFAM	Pública	3	265	5,8%
Centro Universitário Claretiano	Privada	3	256	38,4%
Universidade FUMEC – FUMEC	Privada	3	242	1,2%
Universidade de Taubaté – UNITAU	Privada	3	230	1,2%
Universidade Castelo Branco – UCB	Privada	3	199	1,2%

Fonte: MEC, 2011

Das 10 instituições que oferecem o curso de Educação Física a distância no Brasil, os 4 últimos IGCs contínuos são de instituições privadas, sendo que essas mesmas instituições correspondem a 42%, do total de ofertas dessa modalidade de formação na área.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mapeamento realizado nesse estudo trouxe o panorama geral dos cursos de Educação Física à distância no Brasil, sendo possível identificarem claramente através dos dados duas características centrais dessa modalidade de formação. Em primeiro lugar instituições de ensino superior privadas tendem a oferecer seus cursos em cidades onde já existe a oferta do mesmo curso na modalidade presencial, chegando ao montante total de 83,8% de toda a demanda, gerando uma competição interna entre cursos presenciais e à distância onde variáveis como custo de mensalidades e flexibilização de tempo podem decidir a opção do aluno a favor do modelo EaD. Esse fato é referendado pelo argumento de Cavalcanti Júnior e Ferraz (2013) que afirmam que o modelo EaD é uma estratégia mercadológica de ganho de mercado das IES privadas que utiliza

tecnologia de baixo custo e elevada flexibilização de horários.

Em segundo lugar, instituições públicas de ensino superior tendem a mesclar a forma expansão de seus cursos de Educação Física à distância. A forma de expansão dessas instituições se consolida tanto em cidade onde não existem cursos de educação física presencial (55,2%) quanto em cidade que já possuem tais cursos (44,8%), indicando haver uma nítida diferença de estrutura conceitual e objetivos diretos de expansão em relação às IES privadas.

Isso evidencia que os cursos de Educação Física na modalidade à distância vêm crescendo principalmente nos últimos anos, e a oferta dos mesmos mostra uma crescente expansão em regiões onde o déficit de egressos em cursos de Educação Física pode ser questionado.

Regiões mais afastadas como alguns estados do Norte e Nordeste ainda não possuem cursos à distância, enquanto que regiões como Sudeste e Centro-Oeste concentram mais de 60% de todos os cursos da modalidade da área. Com o cruzamento de dados relativo à oferta de cursos presenciais e cursos a distância, nota-se que não existe uma regulação por



parte do MEC para a implantação de cursos de Educação Física a distância onde houvesse efetiva carência de cursos presenciais.

De acordo com o MEC (BRASIL, 2002) existe no modelo EaD uma priorização de programas de capacitação e de cursos de licenciatura para a formação, em nível superior, de professores para a educação básica, especialmente para os anos iniciais do ensino fundamental, denotando uma clara política nacional de formação docente com incentivo ao modelo a distância.

Pimentel, Lazzarotti Filho, Silva (2012) argumentam que a EaD se mostra uma oportunidade real para atingir lugares mais distantes, desobrigando os estudantes a se deslocarem para os grandes centros para ter acesso a educação superior, porém a presente pesquisa observou o inverso, cursos EaD sendo implantados em regiões e cidades onde a concentração de cursos presenciais é nítida, enquanto regiões mais afastadas e isoladas do Brasil não possuem cursos implantados.

Nesse sentido, é necessário que estudos de viabilidade e implantação técnica de tais cursos, sejam realizados mais rigorosamente pelo MEC, observando a necessidade e demanda real de formação profissional em Educação Física em determinadas regiões brasileiras, na tentativa de evitar o superdimensionamento da oferta conflitante entre cursos presenciais e a distância em regiões já saturadas pela presença de cursos superiores da área.

## REFERÊNCIAS

ALONSO, Kátia Morosov. A expansão do ensino superior no Brasil e a EAD: Dinâmicas e Lugares. **Educação e Sociedade**. Campinas, v.31, nº113, p. 1319 – 1335, 2010

BENDRATH, Eduard Angelo. Escola, Educação Não-Formal e a Formação do Profissional de Educação Física. **Motrivência**. Florianópolis. Ano XXII, Nº35, p.286-300. 2010

BITTENCOURT, H.R; CASARTELLI, A. O; RODRIGUES, A.C.M. Sobre o Índice Geral de Cursos (IGC). **Avaliação**. Campinas, SP, v.14, nº3, p. 667-682, 2009

BOHADANA, Estrella; VALLE, Lílian do. O quem da educação à distância. **Revista**

**Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro. V.14, n.42, set./dez.2009, p.551-606

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP 1, de 18 de Fevereiro de 2002**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rc\\_p01\\_02.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rc_p01_02.pdf) Acesso em: 19 de Outubro de 2011.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP 2, de 19 de Fevereiro de 2002**. Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/C\\_P022002.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/C_P022002.pdf) Acesso em: 19 de Outubro de 2011.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. **Resolução Nº 2, de 27 de Agosto de 2004**. Adia o prazo previsto no art. 15 da Resolução CNE/CP 1/2002, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/C\\_P022004.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/C_P022004.pdf) Acesso em: 19 de Outubro de 2011.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. **Resolução Nº 1, de 17 de Novembro de 2005**. Altera a Resolução CNE/CP nº 1/2002, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de Licenciatura de graduação plena. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rc\\_p01\\_05.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rc_p01_05.pdf) Acesso em: 19 de Outubro de 2011.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. **Resolução Nº 7, de 31 de Março de 2004**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena. Disponível em: <http://www.cref6.org.br/arquivos/leg16.pdf> Acesso em: 19 de Outubro de 2011.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. **Resolução Nº 4, de 6 de Abril de 2009**. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação em Biomedicina, Ciências Biológicas, Educação Física, Enfermagem, Farmácia,

Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição e Terapia Ocupacional, bacharelados, na modalidade presencial. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rce\\_s004\\_09.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rce_s004_09.pdf)> Acesso em: 19 de Outubro de 2011.

\_\_\_\_\_. Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a distância versão preliminar. **Ministério da Educação**. Secretaria de Educação a Distância, Brasília, 2007.

\_\_\_\_\_. Comissão Assessora para a Educação Superior a Distância. **Ministério da Educação**. Secretaria de Educação Superior. Brasília, 2002.

CAVALCANTI JÚNIOR, Henrique Sergio Barros; FERRAZ, Isabela Neves. A Expansão da Educação à Distância e o Ensino Superior no Brasil: Caminhos Tortuosos. **Revista HISTEDBR**. Campinas, Nº 49, p.149-163. Março/2013

DOURADO, Luiz Fernandes. Políticas e Gestão da Educação Superior à Distância: Novos Marcos Regulatórios? **Educação & Sociedade**. Campinas. V.29. Nº 104 – Especial. p.891-917, out.2008

HADDAD, Sérgio; et al. **Banco Mundial, OMC e FMI: o impacto nas políticas educacionais**. São Paulo, Cortez, 2008.

OLIVEIRA, Jackson Lopes; BRAGA, Mariluci. A aplicabilidade da educação a distância nas aulas práticas de esportes coletivos na graduação em educação física. **PULSAR**. Jundiaí, v.2, nº1, p 1-20, 2010.

PEREIRA, Larissa Dahmer. Mercantilização do ensino superior, educação a distância e Serviço Social. **Revista Katálise**. Florianópolis. V.12, n.2, p.268 – 277, 2009

GIOLO, Jaime. Educação a Distância: Tensões entre o Público e o Privado. **Educação e Sociedade**. Campinas, v.31, nº113, p. 1271-1298, 2010.

PEREIRA, Maria de Fátima Rodrigues; LOPES, Luís Fernando. A CONAE contra a EAD na Formação Inicial de Professores – Mas Não de Todo – **Revista HISTEDBR**. Campinas. Número Especial, p.253-265, Maio/2012

PIMENTEL, Fernanda Cruvinel; LAZZAROTI FILHO, Ari; SILVA, Ana Márcia. Análise Comparativa do Perfil dos Estudantes dos Cursos de Licenciaturas Presencial e a Distância em Educação Física da Universidade Federal de Goiás. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 15, n. 2, p. 428-446, abr./jun. 2012

SILVA, Camila Crosso; AZZI, Diego; BOCK, Renato. **Banco Mundial em foco: um ensaio sobre a sua atuação na educação brasileira e na América Latina**. Ação Educativa. 2007, 68p.

TAFFAREL, Celli Zulke; LACKS, Solange; SANTOS JÚNIOR, Claudio de Lira. Formação de Professores em Educação Física: estratégias e táticas. **Motrivivência**. Florianópolis. Ano XVIII, Nº26, p.89-111, 2006